

Congresso

Sem contrariar os fatos

CORREIO BRAZILIENSE

07 JUL 1990

"Há uma coisa que, em princípio, nunca devemos fazer: ir contra os fatos". Foi com esse argumento que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, conseguiu convencer ontem o senador Nélson Carneiro de que o melhor seria convocar mesmo a Câmara e o Senado para novas sessões na semana que começa. O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, participava da conversa e não opôs obstáculos à convocação.

Essa decisão abre novas perspectivas. Não se trata apenas da política salarial, que promete acirrar novamente os ânimos no Congresso e no Planalto. Há toda uma feira de projetos em condições de serem votados, em sua maioria no Senado. Alguns deles, como o da nova Previdência, os que visam combater os sequestros e ainda o Código de Defesa do Consumidor, seguramente despertarão polêmicas.

Mas é inevitável: as atenções estarão voltadas para a política salarial. Não deixa de ser um contra-senso. Sabe-se que não há a mínima chance de que esse projeto, já aprovado pela Câmara, venha a vigorar um dia. O presidente Fernando Collor tornou claro, várias vezes, que deverá vetá-lo. Apesar disso, os parlamentares continuam a discuti-lo como se fosse para valer, inclusive apresentando e defendendo emendas que também irão de roldão. Até a liderança do Governo, que não garante a sanção e se opõe à votação na forma atual, participa desse jogo.

O fato a que se referia Ulysses Guimarães é precisamente esse. Pode não adiantar nada, mas o Congresso quer discutir e votar a política salarial, aprovando



medidas destinadas a repor o que se consideram perdas para o trabalhador. São os parlamentares que disputam eleições este ano, o Planalto que fique com o ônus de vetar a proposta. O PT pensa assim, a oposição moderada pensa assim, o PMDB pensa assim e até uma substancial parcela da bancada do Governo concorda. Mais do que isso, a esquerda não apenas pode infernizar a Mesa Diretora que evitar votação da política salarial, como pode obstruir a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, prolongando indefinidamente a sessão legislativa.

Aliás, foi justamente o que se fez ontem. O senador Nélson Carneiro, que presidia a sessão do Congresso, foi infernizado por vários partidos de esquerda, em particular o PDT. Na realidade, as acusações dirigidas ao senador por bloquear a votação da política salarial — ele ainda não se dispusera a anunciar a convocação do Senado — tinham um mote certo. Era a campanha para o governo do Rio de Janeiro, que opõe Nélson Carneiro a Leonel Brizola.

Já circulavam, no Rio e em Brasília, manifestos qualificando Nélson como "inimigo número um dos trabalhadores". O líder do PDT, Doutel de Andrade, leu parte dele da tribuna, forçando uma reação de Carneiro, que desceu ao Plenário para isso. "Não posso levar desafogo para casa", disse ele ao deputado Adhemar de Barros Filho. E durante mais um bom tempo a sessão seguiu o ritmo da campanha fluminense.

A essa altura já se sabia: não havia nem haveria número para votar. Seriam precisos 248 deputados e 38 senadores. Estavam lá 128 deputados — deles, 80 oposicionistas e 48 governistas — mais 22 senadores. O PT e o PSD ao menos conseguiam mostrar mobilização, colocando quase 60 por cento de suas bancadas em plenário. O maior partido, o PMDB, só tinha presentes 13 por cento de seus deputados.